

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

Rosangela Maria Kraviski Grainert Diz¹

RESUMO: O presente estudo pretende apresentar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, a sua criação, a formação de reserva de valores para o trabalhador, o que se torna uma espécie de poupança para ser usufruída após a demissão sem justa causa, na aposentadoria ou no caso de doença mais grave, bem como os benefícios sociais advindos das aplicações de seus recursos em saneamento e moradia. As diversas hipóteses de saques que os trabalhadores estão autorizados conforme Lei nº 8.036/90. Também traz a sua natureza jurídica a qual atualmente está em discussão, pois dependendo do ponto de vista ela pode ser previdenciária ou tributária, o que gera polêmica entre os doutrinadores. Ao final cita os conflitos quanto ao prazo de prescrição do não recolhimento do FGTS, bem como um recurso extraordinário que está em julgamento no STF, devido a uma aparente contradição entre a Constituição da República e a lei do FGTS.

Palavras-chave: Trabalhador. Empregador. Natureza Jurídica. Prescrição.

ABSTRACT: This work intend to show the FGTS (a Brazilian labor security fund), its creation, the reserv fund formation to workers, the FGTS has become a kind of saving bank to be used in a case of demission without any reason, retirement, serious sickness. The fund of the FGTS is used for sanitation infrastructure and housing. There are many hypotheses that a worker can withdraw the money from FGTS account according to 8.036/90 law. The FGTS nature is legal and now it is in debate, depending of the subject, the FGTS legal nature can be in social welfare area or in tributary area, so this situation on demands controversy among jurists in the end, this work shows the conflicts about the period of time the companies have to pay the FGTS without paying with a fine and it will also be shown a special appeal about a probable controversy between the federal constitution and the FGTS law.

Keywords: Employee. Employer. Legal Nature. Prescription.

INTRODUÇÃO

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço desde a sua criação em 1966 tem um papel importante para o trabalhador.

Através dos depósitos efetuados pelo empregador, forma-se um pecúlio, uma espécie de poupança que com a despedida do trabalhador, ajudará a se manter a si e a sua família até que possa entrar novamente no mercado de trabalho, ou ser

¹ Bacharel em Direito pela Faculdade OPET.

sacado em caso de doenças graves ou na compra da casa própria e na aposentadoria.

Todos os brasileiros que possuem contrato de trabalho formal, regido pela CLT, trabalhadores rurais, temporários, avulsos, safreiros e atletas profissionais têm direito ao FGTS. Já o diretor não-empregado e o trabalhador doméstico podem ser incluídos no sistema do FGTS, vai depender da vontade do empregador.

Também será visto além do seu conceito, a sua constituição, o que correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ou devida no mês anterior, a cada empregado, valor este depositado na Caixa Econômica Federal, que tem o papel de Agente Operador do FGTS, zelando pelos recursos dos trabalhadores.

O FGTS é regido por um Conselho Curador, o qual é composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

Os recursos do FGTS são investidos em programas de habitação, saneamento ambiental e infraestrutura urbana que cumprem importante função social ao gerar empregos e promover o desenvolvimento no país.

A natureza jurídica do FGTS é muito discutida. Em relação ao empregado: há várias teorias, como do salário diferido, do salário socializado, do salário atual, do prêmio etc., já quanto ao empregador: existem três teorias: teoria fiscal, parafiscal e da contribuição previdenciária.

Devido a esta discussão e a outros pontos polêmicos gerou uma série de conflitos sobre o prazo de prescrição para reclamar o depósito do FGTS, o qual será exposto neste presente trabalho.

ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

Antes da criação do FGTS os trabalhadores conseguiam a estabilidade após 10 anos na mesma empresa. Caso fosse demitido antes desse período, o patrão deveria pagar uma indenização equivalente a um salário por ano trabalhado.

HISTÓRICO DO FGTS

No dia 13 de setembro de 1966 entrou em vigor a Lei nº 5.107, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O início do FGTS pode se dizer que ocorreu com o Projeto da Constituição de 1934, enviado pelo Governo Provisório à Assembléia Nacional Constituinte, em 16.11.33, art. 124, § 5º, o que era um prenúncio de admissão de um fundo de reserva para o trabalhador que direcionava garantir o ordenado ou o salário de um ano, no caso da empresa não mais existir.²

A Lei nº 3.470/58, no seu artigo 46, concebeu um fundo de indenizações trabalhistas, o que era uma prerrogativa virou uma obrigação para as empresas, pessoas jurídicas contribuintes do imposto de renda, conforme descrito abaixo:

Art. 46. Fica revogado o inciso II do artigo 6º da Lei nº 2.354, de 29 de novembro de 1954, acrescentando-se ao artigo 37 do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 40.702, de 31 de dezembro de 1956, os seguintes dispositivos: (Regulamento)

"h) as quantias destinadas à constituição de fundo de reserva para indenizações previstas na legislação do trabalho, desde que aplicadas em

² MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 442.

títulos da dívida pública de emissão especial, cujo resgate imediato ficará assegurado para o pagamento efetivo das indenizações."

"§ 5º As importâncias mencionadas na alínea " h " deste artigo não poderão exceder, em cada exercício social, do limite de 7% (sete por cento) da remuneração paga aos empregados durante o ano, correndo obrigatoriamente por conta desse fundo os dispêndios realizados, no decurso de cada exercício, a título de indenização."

"§ 6º As quantias correspondentes ao fundo de reserva de que trata a letra " h " deste artigo somente poderão ser utilizadas em sua finalidade específica.

"§ 7º O limite máximo do saldo da reserva prevista na alínea " h " deste artigo não poderá ultrapassar o total das folhas de pagamento do último ano."

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a emitir os títulos da Dívida Pública Federal a que se refere este artigo até o montante anual da respectiva previsão do orçamento geral da União.³

A Lei nº 5.107/66 que criou o FGTS foi alterada pelo Decreto-lei nº 20, de 1966, regulamentado pelo Decreto nº 59.820/66, que incluiu alguns artigos, parágrafos e incisos, como o § 4º do art. 1º, conforme abaixo:

§ 4º O empregado que optar pelo regime desta lei, dentro do prazo estabelecido no § 1º e que não tenha movimentado a sua conta vinculada, poderá retratar-se desde que o faça no prazo de 365 dias a contar da opção, mediante declaração homologada pela Justiça do Trabalho, não se computando para efeito de contagem do tempo de serviço o período compreendido entre a opção e a retratação.⁴

O FGTS tratava-se, assim, de uma faculdade para os empregados optarem por uma garantia pelo tempo de serviço prestado às empresas. Também na Constituição de 1967 no artigo 158, inciso XIII citava sobre a estabilidade ou fundo de garantia equivalente:

Art. 158 - A Constituição assegura aos trabalhadores os seguintes direitos, além de outros que, nos termos da lei, visem à melhoria, de sua condição social: (...)

XIII - estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido, ou fundo de garantia equivalente;

(...)⁵

Segundo Martins, passou-se assim, a antever a "estabilidade" para o trabalhador que fosse despedido ou no caso se escolhesse o fundo de garantia equivalente.⁶

³ BRASIL. **Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958**. Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3470.htm>. Acesso em: 12 maio 2012.

⁴ BRASIL. **Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966**. Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5107.htm>. Acesso em: 12 maio 2012.

⁵ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em 12 maio 2012.

⁶ MARTINS, Sergio Pinto. Op. cit., p. 442.

Para Amauri Mascaro Nascimento ocorreram transformações na legislação, onde o FGTS é um direito optativo:

Houve transformações na legislação pertinente à matéria destinada a dar maior consistência ao sistema, que foi instituído com a Lei n.5.107, de 1966, como *direito optativo* apenas dos trabalhadores que se manifestassem pelo Fundo, em lugar da indenização de dispensa sem justa causa ou da estabilidade adquirida ao completarem 10 anos de serviços efetivos para o mesmo empregador.⁷

Ao invés da estabilidade, que vinha sendo sistematicamente contornada pelas empresas ao demitir seus empregados antes que completassem dez anos de serviço⁸, o trabalhador terá direito a uma conta vinculada. Os recursos dessa conta virão das empresas, que depositarão todo mês, em nome do trabalhador, 8% do valor do seu salário.⁹

Outrossim, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, art. 165, no inciso XIII, adotou a mesma expressão: “estabilidade, com indenização ao trabalhador despedido, ou fundo de garantia equivalente”.

Na realidade o que ocorreu foi uma falsa opção, caso o trabalhador, quando admitido na empresa, não se manifestasse pela opção do novo regime, ou seja, o FGTS, não conseguiria o emprego. E os trabalhadores já com a carteira assinada, que optassem pelo FGTS abdicariam da estabilidade. Só quem tinha direito ao FGTS eram os trabalhadores urbanos, e em tese, essa opção era facultativa.¹⁰

Em 1973, aos atuais empregados que não tivessem optado pelo regime instituído pela Lei nº 5.107/66 (FGTS), com a edição da Lei nº 5.958/73:

é assegurado o direito de fazê-lo com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 1967 ou à data da admissão ao emprego se posterior àquela, desde que haja concordância por parte do empregador.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica também aos empregados que tenham optado em data posterior à do início da vigência da Lei número 5.107, retroagindo os efeitos da nova opção a essa data ou à da admissão.

§ 2º Os efeitos da opção exercida por empregado que conte dez ou mais anos de serviço poderão retroagir à data em que o mesmo completou o decênio na empresa.¹¹

⁷ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 856.

⁸ Em 1943 com o Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943 – CLT, em seu art. 492, trouxe que o empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas. BRASIL. **Vade mecum Universitário**. 3. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 1375.

⁹ Ibidem, p.1936.

¹⁰ BARROS, Alice Monteiro. **Curso de Direito do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2009. p. 1010.

¹¹ BRASIL. **Lei nº 5.958, de 10 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre a retroatividade da opção pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L5958.htm>. Acesso em 13 mai. 2012.

Assim, havia trabalhadores que optaram, mas não possuíam tempo de serviço anterior à opção. No caso de terem dez anos, eram considerados estáveis, de outra forma poderiam ser demitidos, pagando a empresa a indenização do art. 477 e seguintes da CLT, conforme descrito abaixo, quanto ao período anterior à opção:

É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.¹²

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988, existiram várias leis que alteraram ou incluíram artigos sobre o FGTS, como a Lei nº 6.858/80 que versa sobre o pagamento do FGTS aos dependentes ou sucessores, a Lei nº 6.919/81 que facultou às empresas estenderem a seus diretores que não fossem empregados o regime do FGTS, etc.¹³

Em 1988, com a Constituição Federal do Brasil, acabou a opção de escolha do sistema do FGTS ou a estabilidade. Ficou automático. Com isto, a estabilidade que era adquirida na empresa depois de 10 anos trabalhados foi extinta.¹⁴

Para Amauri Mascaro Nascimento, a natureza da opção do FGTS passou de direito optativo para imposição legal, conforme descrito abaixo:

Modificada foi a sua natureza de direito optativo, para imposição legal geral, pela Constituição Federal de 1988, art. 7º, III, que o manteve como forma única de reparação ao empregado, suprimindo do texto anterior, acima indicado, a estabilidade e a indenização.¹⁵

Em 12 de outubro de 1989, foi editada a Lei nº 7.839, que dispunha sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dava outras providências, mas pouco durou, pois, foi revogada expressamente pela Lei nº 8.036 de 11 de maio de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.684/90. Sendo este o diploma legal que atualmente rege o Fundo de Garantia.¹⁶

Para Amauri Mascaro Nascimento a Constituição Federal de 1988 trouxe algumas consequências para o FGTS, como:

- 1) Desapareceram as opções e o sistema tornou-se geral e obrigatório quando antes o empregado podia decidir se o queria ou não.
- 2) O acréscimo devido pelo empregador quando despede sem justa causa para alguns é uma multa que reverte para o empregado. Agora, nitidamente, é uma indenização, uma vez que se destina provisoriamente a substituir a indenização do art. 7º, I, da Lei Magna (40% pagos pelo empregador que despedir sem justa causa, calculados sobre o montante dos depósitos por este efetuados em sua conta vinculada, mais 0,5% — Lei Complementar n. 110, de 29 de junho de 2001).

¹² BRASIL. **Vade mecum**. Op. cit., p. 1371.

¹³ MARTINS, Sergio Pinto. Op. cit., p. 443.

¹⁴ BARROS, Alice Monteiro. Op. cit., p.1010.

¹⁵ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Op. cit., p. 856.

¹⁶ MARTINS, Sergio Pinto. Op. cit., p. 443.

3) A retratação perdeu a finalidade com a unificação do regime do Fundo de Garantia. Não havendo mais opção, desaparece a retratação dessa opção.¹⁷

Por fim, todos saíram ganhando com a criação do FGTS, os trabalhadores, que além de estarem mais protegidos contra o risco de demissão imotivada, o FGTS é considerada parte de sua renda e fonte de poupança para o futuro, já para o Governo o patrimônio do FGTS é utilizado para desenvolvimento das políticas sociais o qual irá beneficiar toda a sociedade brasileira.

CONCEITO

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é uma conta bancária, denominada de conta vinculada, constituída por depósitos realizados pelo empregador, que o trabalhador pode utilizar nas hipóteses previstas em lei, é uma espécie de poupança em favor do trabalhador, para que este efetue o saque no momento de sua dispensa na empresa, ou diante de outras situações excepcionais, previstas em lei.¹⁸

Sérgio Pinto Martins considera o conceito do FGTS como:

O nome do instituto em estudo é Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), porém este não garante o tempo de serviço, apenas uma poupança para o trabalhador, ao contrário do que ocorria com a indenização.

O FGTS é um depósito bancário destinado a formar uma poupança para o trabalhador, que poderá ser sacada nas hipóteses previstas na lei, principalmente quando é dispensado sem justa causa.¹⁹

No site do Ministério do Trabalho e Emprego encontra-se o conceito de FGTS como:

O Fundo constitui-se em um pecúlio disponibilizado quando da aposentadoria ou morte do trabalhador, e representa uma garantia para a indenização do tempo de serviço, nos casos de demissão imotivada.

A diferença básica em relação ao modelo anterior é que esses depósitos integram um Fundo unificado de reservas, com contas individualizadas em nome dos trabalhadores.

Além de ampliar o direito indenizatório do trabalhador, que pode, ao final do tempo útil de atividade, contar com o valor acumulado dos depósitos feitos em seu nome.²⁰

Como podemos observar o conceito é semelhante para inúmeros autores e até mesmo no site do MTE.

É importante ressaltar, é que todos concordam que se trata realmente de um depósito bancário que irá formar uma espécie de poupança, realizada pelos

¹⁷ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Op. cit., p. 858.

¹⁸ PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Manual de Direito do Trabalho**. 16. ed. rev. atual. São Paulo: Método, 2008. p.255.

¹⁹ MARTINS, Sergio Pinto. Op. cit., p. 443.

²⁰ MTE. **O que é o FGTS**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/fgts/oquee.asp>>. Acesso em: 30 maio 2012.

depósitos efetuados pelo empregador, a qual poderá ser sacada nas hipóteses previstas em lei ou quando da aposentadoria do trabalhador.

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

A principal fonte de recursos do FGTS são os depósitos mensais efetuados pelos empregadores nas contas vinculadas dos trabalhadores.

CONSTITUIÇÃO DO FGTS

Os recursos do FGTS são formados através de depósitos mensais feitos pelas empresas, no valor correspondente a 8% (oito por cento) da remuneração paga ou devida no mês anterior, a cada empregado.²¹

Estas contribuições possuem natureza social e têm caráter compulsório, estes depósitos são lançados numa conta, denominada conta vinculada, em nome dos trabalhadores, os quais são absolutamente impenhoráveis de acordo com o art. 2º da Lei nº 8.036, de 1990.²²

Constituem, também, recursos do FGTS:

- dotações orçamentárias específicas;
- resultados das aplicações dos recursos do FGTS;
- multas, atualização monetária e juros moratórios devidos;
- receitas oriundas da Lei Complementar nº 110/2001; e
- demais receitas patrimoniais.²³

Esses recursos, enfim, irão proporcionar uma poupança forçada ao trabalhador e incrementar a construção e financiamento das habitações e saneamento no Brasil.

ADMINISTRAÇÃO

Conforme o art. 3º da Lei nº 8.036/90 o FGTS será regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.²⁴

Enfim, representantes de toda a sociedade.

BENEFICIÁRIOS

Todos os trabalhadores regidos pela CLT que firmaram contrato de trabalho a partir de 05/10/1988 terão direito aos depósitos do FGTS. Os trabalhadores rurais, os temporários, os avulsos, os safreiros, os atletas profissionais, também terão direito ao FGTS.²⁵

Com a Lei nº 7.839 de 12/10/89 o trabalhador temporário passou a ter direito ao FGTS.

Já para os empregados domésticos a Lei nº 5.859/72, artigo 3º - A, trouxe a prerrogativa dos empregadores depositarem o FGTS para esta categoria de trabalhadores, ou seja, não é obrigatório o depósito, é sim facultativo.²⁶

²¹ BARROS, Alice Monteiro. Op. cit., p. 1012.

²² Idem.

²³ CAIXA. **Relatório Gestão FGTS 2010**. Disponível em: <<http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp>>. Acesso em: 27 maio 2012. p. 27.

²⁴ BRASIL. **Vade mecum...** Op. cit., p. 1930.

²⁵ FGTS. **Perguntas Frequentes - n. 1**. Disponível em: <<http://www.fgts.gov.br/perguntas/trabalhador/pergunta01.asp>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

²⁶ MARTINS, Sergio Pinto. Op. cit., p. 450.

Os diretores não-empregados poderão ser equiparados aos demais trabalhadores, que tenham direito ao depósito do FGTS, se as suas respectivas empresas também optarem por esta condição. Conforme artigo 16 da Lei nº 8.036/90, considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.²⁷

O depósito é realizado pelo empregador ou o tomador de serviços na conta vinculada ao FGTS do trabalhador. O depósito pode ser feito até o dia 7 de cada mês.²⁸

Quanto à porcentagem do depósito:

O depósito equivale a 8% do valor do salário pago ou devido ao trabalhador, cujo contrato é regido pela CLT. No caso de contrato de trabalho firmado nos termos da Lei n.º. 180/05, que trata dos contratos de aprendizagem, destinados à contratação de menores aprendizes, o percentual é reduzido para 2%.²⁹

O trabalhador recebe em sua casa a cada dois meses o extrato do FGTS, o que permite a conferência dos depósitos.

SAQUES

Conforme a Lei nº 8.036/90 o FGTS poderá ser sacado nas seguintes hipóteses:

- Na demissão sem justa causa;
- No término do contrato por prazo determinado;
- Na rescisão do contrato por extinção total da empresa; supressão de parte de suas atividades; fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências; falecimento do empregador individual ou decretação de nulidade do contrato de trabalho - inciso II do art. 37 da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário;
- Na rescisão do contrato por culpa recíproca ou força maior;
- Na aposentadoria;
- No caso de necessidade pessoal, urgente e grave, decorrente de desastre natural causado por chuvas ou inundações que tenham atingido a área de residência do trabalhador, quando a situação de emergência ou o estado de calamidade pública for assim reconhecido, por meio de portaria do Governo Federal;
- Na suspensão do Trabalho Avulso;
- No falecimento do trabalhador;
- Quando o titular da conta vinculada tiver idade igual ou superior a 70 anos;
- Quando o trabalhador ou seu dependente for portador do vírus HIV;
- Quando o trabalhador ou seu dependente estiver acometido de neoplasia maligna - câncer;
- Quando o trabalhador ou seu dependente estiver em estágio terminal, em razão de doença grave;
- Quando a conta permanecer sem depósito por 03 (três) anos ininterruptos cujo afastamento tenha ocorrido até 13/07/90, inclusive;

²⁷ Idem.

²⁸ FGTS. Op. cit.

²⁹ Idem.

- Quando o trabalhador permanecer por 03 (três) anos ininterruptos fora do regime do FGTS, cujo afastamento tenha ocorrido a partir de 14/07/90, inclusive, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta;

- Na amortização, liquidação de saldo devedor e pagamento de parte das prestações adquiridas em sistemas imobiliários de consórcio;

- Para aquisição de moradia própria, liquidação ou amortização de dívida ou pagamento de parte das prestações de financiamento habitacional.³⁰

Conforme visto muitas são as hipóteses de saques dos valores depositados nas contas vinculadas dos trabalhadores, mas existem também várias jurisprudências que dão ganho de causa para outros motivos de saque, conforme a jurisprudência abaixo:

RECURSO ESPECIAL Nº 757.197 - RS (2005/0093761-4)

RELATOR: MINISTRO CASTRO MEIRA

RECORRENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

ADVOGADO: VOLNIR CARDOSO ARAGÃO E OUTROS

RECORRIDO: LUÍS EDUARDO CRAVO MENDES

ADVOGADO: BENEDITO EDMUNDO DE ALBUQUERQUE

EMENTA

ADMINISTRATIVO. FGTS. LEVANTAMENTO. ART. 20 DA LEI Nº 8.036/91. ROL NÃO-TAXATIVO.

1. É cediço que, ao aplicar a lei, o julgador não deve restringir-se à subsunção do fato à norma, mas sim, estar atento aos princípios maiores que regem o ordenamento e aos fins sociais a que a lei se dirige (art. 5.º, da Lei de Introdução ao Código Civil).

2. Ao instituir o sistema do FGTS, o legislador pátrio teve por meta garantir ao trabalhador o direito a uma espécie de poupança forçada, da qual ele pudesse lançar mão em situações difíceis, como na perda do emprego, em caso de doença grave, ou até para adquirir a moradia própria, mediante o Sistema Financeiro de Habitação.

3. A jurisprudência do STJ tem admitido a liberação do saldo do FGTS em hipótese não elencada na lei de regência, mas que se justifica, por serem o direito à vida, à saúde e à dignidade do ser humano garantias fundamentais asseguradas constitucionalmente.

4. Recurso especial improvido.³¹

A jurisprudência acima se refere a uma situação financeira precária, o que não está relacionado nas modalidades de saque do FGTS, como visto, mais uma vez o STJ se refere ao art. 20 da Lei 8.036/90 como um rol não-taxativo das hipóteses de saque.

FINALIDADES

O FGTS tem várias finalidades desde a criação de uma poupança para um trabalhador específico até os benefícios para a toda a sociedade, como exposto abaixo:

³⁰ FGTS. **Perguntas Frequentes - n. 7.** Disponível em: <<http://www.fgts.gov.br/perguntas/trabalhador/pergunta07.asp>> Acesso em: 01 jun. 2012.

³¹ BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça.** Recurso Especial nº 757.197 - RS (2005/0093761-4). 2005. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200500937614&dt_publicacao=19/09/2005>. Acesso em: 27 out. 2012.

O trabalhador, com o FGTS, tem o ensejo de construir um patrimônio, que pode ser sacado em momentos especiais, como o da obtenção da casa própria ou da aposentadoria e em situações de dificuldades, que podem ocorrer com a demissão sem justa causa ou em caso de algumas doenças graves.³²

As doenças elencadas na Lei nº 8.036/90 são: AIDS, neoplasia maligna e estágio terminal em razão de grave doença, mas são várias as jurisprudências do STJ, que aceitam outras doenças para saque do FGTS, conforme abaixo:

RECURSO ESPECIAL Nº 853.002 - SC (2006/0113459-1)
RELATORA: MINISTRA ELIANA CALMON
RECORRENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO: ELZA OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTROS
RECORRIDO: OSCAR ALCIDES DA CONCEIÇÃO JUNIOR
ADVOGADO: ÂNGELO ALBERTO TOKARSKI E OUTRO
EMENTA

FGTS – LEVANTAMENTO DO SALDO DA CONTA VINCULADA AO FGTS – DOENÇA GRAVE NÃO PREVISTA NA LEI 8.036/90 – POSSIBILIDADE.

1. É tranquila a jurisprudência do STJ no sentido de permitir o saque do FGTS, mesmo em situações não contempladas pelo art. 20 da Lei 8.036/90, tendo em vista a finalidade social da norma.

2. O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, com assento no art. 1º, III, da CF/88, é fundamento do próprio Estado Democrático de Direito, que constitui a República Federativa do Brasil, e deve se materializar em todos os documentos legislativos voltados para fins sociais, como a lei que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

3. Precedentes da Corte.

4. Recurso especial improvido.³³

O voto da Ministra Relatora Eliana Calmon foi decidido em razão do princípio da dignidade da pessoa humana, uma vez que os valores depositados na conta vinculada do trabalhador serem de sua propriedade e também permitem a sua liberação o que garante a finalidade social do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.³⁴

Em relação à casa própria, o trabalhador pode aplicar os recursos do FGTS para a compra de imóvel novo, usado, ou em construção, para liquidação ou amortização de dívida vinculada a contrato de financiamento habitacional.³⁵

O FGTS também aplica recursos para o financiamento da construção de habitações populares, em saneamento ambiental e em infraestrutura urbana, assegurando investimentos para moradias, água tratada, redes de esgoto etc. e executando importante função social ao fomentar o nível de emprego, como por exemplo, as atividades de construção civil que consomem uma grande quantidade de mão de obra não qualificada, visto que é a que mais necessita de atenção.³⁶

³² FGTS. **Relatório Anual 2010**. Disponível em: <<http://www.fgts.gov.br/downloads.asp>>. Acesso em: 28 maio 2012. p. 21.

³³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RE Nº 853.002 - SC (2006/0113459-1). Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200601134591&dt_publicacao=03/10/2006>. Acesso em: 10 out. 2012.

³⁴ Idem.

³⁵ FGTS. **Relatório...** Op. cit., p. 21.

³⁶ Idem.

Com o auxílio dos recursos do FGTS a economia é movimentada no país, com isso, melhora a qualidade de vida de todos os brasileiros, pois, conforme o Relatório Anual 2010 – FGTS:

Somente em 2010, o FGTS injetou R\$ 82,7 bilhões em recursos para financiamentos, saques e investimentos. A evolução do orçamento anual do FGTS nos últimos exercícios dá uma dimensão de sua grandeza e importância socioeconômica.³⁷

Segundo Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino a Lei nº 11.491, de 20/06/2007, estabeleceu mais uma possibilidade de aplicação dos recursos do FGTS, além de investimento em moradias populares e saneamento básico. Essa lei criou o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, distinguido pela aplicação de recursos do FGTS, talhado a investimentos em empreendimentos dos setores e energia, rodovia, ferrovia, hidrovía, porto e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que estabeleça o Conselho Curador do FGTS.³⁸

Com a edição da Lei nº 12.087, de 11/11/2009, deu caráter de continuidade ao FI-FGTS, com a determinação de que seus recursos poderão ser destinados anualmente, associados ao resultado financeiro obtido pelo FGTS no exercício anterior. Com os investimentos realizados pelo FI-FGTS em obras de infraestrutura de base, o FGTS obteve um novo patamar qualitativo no que diz respeito à oferta de benefícios a sociedade.³⁹

Já para Ives Gandra da Silva Martins Filho o FGTS tem como uma das finalidades:

Garantir uma reserva monetária proporcional ao tempo de serviço para o empregado despedido imotivadamente, de forma a minimizar os efeitos financeiros do desemprego para o trabalhador. Também constitui uma vantagem para a empresa, que pode dispensar o empregado sem ter de sofrer o impacto do pagamento de indenizações elevadas de uma só vez, pois o Fundo assemelha-se a um seguro pago todos os meses pela empresa, no sentido de garantir seu direito potestativo de dispensa.⁴⁰

Assim, o FGTS tem finalidades favoráveis tanto para o trabalhador como para o empregador.

ASPECTOS DA REGULARIDADE, INFRAÇÕES E PENALIDADES E A NATUREZA JURÍDICA DO FGTS

Regularidade do FGTS é a situação da empresa perante o FGTS.

As infrações e penalidades que podem ocorrer no âmbito do FGTS estão discriminadas na Lei n. 8.036/90.

³⁷ Ibidem, p. 22.

³⁸ PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Op. cit., p.255.

³⁹ FRANCO, Wellington Moreira. **O Fundo dos Trabalhadores Faz um Brasil Melhor**. Mensagens. Relatório Anual 2009 - FGTS. Caixa Econômica Federal. SUFUG – Superintendência Nacional do FGTS ed. Buscato Informação Corporativa, 2010. p. 12.

⁴⁰ MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**, 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 63-64.

REGULARIDADE DO FGTS

A regularidade do FGTS se refere à situação própria do empregador o que se encontra em dia com as obrigações perante o FGTS, no que se alude às contribuições devidas, quanto às instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29/06/2001, devido a empréstimos lastreados com recursos originários desse Fundo.⁴¹

Esta regularidade da situação do empregador perante o FGTS será comprovada pelo Certificado de Regularidade do FGTS, que terá validade em todo o território nacional, o qual é fornecido pela CEF, quando solicitado.⁴²

A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS é obrigatória para:

I – habilitação em licitação promovida por órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional e por empresas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

II – obtenção de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer instituições financeiras públicas, por parte de órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, bem assim empresas controladas direta ou indiretamente pela União, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;

III – obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Pública Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS;

IV – transferência de domicílio para o exterior; e

V – registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na extinção da empresa.⁴³

A não apresentação do CRF impede a empresa de praticar os itens acima citados.

Conforme o art. 45 do Decreto nº 99.684, de 08 de novembro de 1990, para obter o Certificado de regularidade, o empregador deverá cumprir as seguintes condições:

I – estar em dia com as obrigações para com o FGTS; e

II – estar em dia com o pagamento de prestação de empréstimos lastreados em recursos do FGTS.⁴⁴

O Certificado de regularidade terá validade de até 6 (seis) meses contados de sua emissão, conforme art. 46 do Decreto nº 99.864/90.⁴⁵

INFRAÇÕES E PENALIDADES

⁴¹ SOBRE O CRF. [1. O que é a Regularidade para com o FGTS?](http://www.caixa.gov.br/fgts/crf.asp#) Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/fgts/crf.asp#>>. Acesso em: 26 out. 2012.

⁴² BRASIL. **Decreto nº 99.684, de 08 de novembro de 1990.** Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). art. 43. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D99684.htm> Acesso em: 06 out. 2012.

⁴³ BRASIL. **Decreto nº 99.684, de 08 de novembro de 1990.** Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). art. 43. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D99684.htm> Acesso em: 06 out. 2012.

⁴⁴ Ibidem, art. 45.

⁴⁵ Idem.

Conforme art. 23 da Lei nº 8.036/90 se constituem infrações perante o FGTS:

I - não depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS, bem como os valores previstos no art. 18 desta Lei, nos prazos de que trata o § 6º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.197-43, de 2001)

II - omitir as informações sobre a conta vinculada do trabalhador;

III - apresentar as informações ao Cadastro Nacional do Trabalhador, dos trabalhadores beneficiários, com erros ou omissões;

IV - deixar de computar, para efeito de cálculo dos depósitos do FGTS, parcela componente da remuneração;

V - deixar de efetuar os depósitos e os acréscimos legais, após notificado pela fiscalização.

§ 2º Pela infração do disposto no § 1º deste artigo, o infrator estará sujeito às seguintes multas por trabalhador prejudicado:

a) de 2 (dois) a 5 (cinco) BTN, no caso dos incisos II e III;

b) de 10 (dez) a 100 (cem) BTN, no caso dos incisos I, IV e V.

§ 3º Nos casos de fraude, simulação, artifício, ardil, resistência, embaraço ou desacato à fiscalização, assim como na reincidência, a multa especificada no parágrafo anterior será duplicada, sem prejuízo das demais cominações legais.

§ 4º Os valores das multas, quando não recolhidas no prazo legal, serão atualizados monetariamente até a data de seu efetivo pagamento, através de sua conversão pelo BTN Fiscal.

§ 5º O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.

§ 6º Quando julgado procedente o recurso interposto na forma do Título VII da CLT, os depósitos efetuados para garantia de instância serão restituídos com os valores atualizados na forma de lei.

§ 7º A rede arrecadadora e a Caixa Econômica Federal deverão prestar ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social as informações necessárias à fiscalização.⁴⁶

Como visto acima o artigo cita que competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a verificação, em nome da CEF, do cumprimento do disposto nesta lei, principalmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-os para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada.⁴⁷

Para julgar os dissídios entre os trabalhadores e os empregadores decorrentes da aplicação desta lei é competente a Justiça do Trabalho, mesmo quando a Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social figurarem como litisconsortes.⁴⁸

No parágrafo único do artigo 26 da Lei nº 8.036/90 cita que nas reclamações trabalhistas que objetivam o ressarcimento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato das importâncias devidas a tal título.⁴⁹

⁴⁶ BRASIL. **Vade mecum...** Op. cit., p. 1941.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ BRASIL. **Vade mecum...** Op. cit., p. 1942.

⁴⁹ Idem.

NATUREZA JURÍDICA

A natureza jurídica do FGTS é muito discutida.

Para Sérgio Pinto Martins, existem dois aspectos: um pelo ângulo do empregado e outro pela ótica do empregador, diz-se assim que a sua natureza jurídica é híbrida.⁵⁰

a) Em relação ao empregado: há várias teorias, como do salário diferido, do salário socializado, do salário atual, do prêmio etc.

Quanto à teoria do salário diferido, se refere a um salário adquirido no presente que será utilizado no futuro, uma poupança diferida, uma forma de pecúlio para o trabalhador. O empregado conquista o direito ao FGTS quando inicia na empresa, devido ao contrato de trabalho. Uma parte do salário não é paga ao trabalhador e sim depositada em uma conta, com isso, irá formar um tipo de poupança, que poderá auxiliar num momento especial, como demissão, aquisição da casa própria entre outras. Assim, o FGTS seria uma espécie de salário diferido, porque a vantagem resultante não seria pago de imediato ao empregado.⁵¹

A teoria do salário socializado seria o salário recebido pelo empregado, que seria devido pela sociedade ao trabalhador, como Sérgio Pinto Martins relata:

A causa do pagamento do FGTS seria o contrato de trabalho firmado entre empregado e empregador. Tal como ocorre com o salário, o benefício, futuramente, seria uma obrigação certa de que parte do salário seria paga diretamente ao trabalhador e parte seria representada pelos depósitos na conta vinculada do FGTS calculados sobre o salário, que não se entregaria ao trabalhador, mas se constituiria numa reserva futura, num fundo destinado a compensar o tempo de serviço na empresa, mas com um proveito geral. Tratar-se-ia de um fundo social.⁵²

E a do salário atual, teoria parecida com a anterior. Para Sérgio Pinto Martins seria quando:

A contraprestação do empregado é retribuída pelo empregador mediante o pagamento de duas cotas: uma que é entregue diretamente ao operário, constituindo-se em retribuição pelos serviços prestados; outra que é imediata e obrigatoriamente destinada ao FGTS, para seus fins. Essa cota visa garantir seu levantamento quando o empregado foi dispensado ou em outras hipóteses previstas na lei.⁵³

Enfim, o FGTS é um tipo de crédito realizado na conta vinculada do empregado, que resulta num tipo de poupança ou pecúlio obrigado. Na opinião de Sérgio Pinto Martins esse depósito visa:

Reparar a despedida injusta por parte do empregador relativo ao período de serviço do operário na empresa. Assim, sua natureza é compensar o tempo de serviço do empregado na empresa. Não se confunde, porém, com a indenização, pois esta visa apenas ao

⁵⁰ MARTINS, Sérgio Pinto. Op. cit., p. 445.

⁵¹ Ibidem, p. 446.

⁵² Idem.

⁵³ MARTINS, Sérgio Pinto. Op. cit., p. 446.

ressarcimento pelo “dano” causado pelo empregador ao empregado, pela perda do emprego deste. Além disso, o FGTS foi criado justamente para substituí-la. Servirá também o depósito para o caso em que o empregado venha a adquirir sua casa própria pelo Sistema Financeiro da habitação, ocasião em que poderá utilizá-lo para amortização total ou parcial da dívida, ou nas outras hipóteses previstas na lei.⁵⁴

No tocante à natureza jurídica do FGTS quanto ao empregado, Sérgio Pinto Martins cita que “não se pode negar, contudo, que o FGTS é um instituto de natureza trabalhista, no concernente ao empregado”.⁵⁵

b) Quanto ao empregador: existem três teorias: teoria fiscal, parafiscal e da contribuição previdenciária.

Pela teoria fiscal, a contribuição do FGTS seria uma obrigação tributária, como cita Sérgio Pinto Martins:

Uma prestação pecuniária paga ao ente público, com a finalidade de constituir um fundo econômico para o financiamento do Sistema Financeiro da Habitação. Poderia ser considerado um imposto (art. 16 do CTN), pois independeria de uma atividade estatal específica relativa ao contribuinte. Seria um imposto de destinação especial. Não seria uma taxa (art. 77 do CTN), visto que não há prestação de serviços por parte do Estado.⁵⁶

A teoria parafiscal é defendida pelos que fazem uma diferenciação entre tributos fiscais e parafiscais, para Sérgio Pinto Martins seria:

A que iria sustentar encargos do estado que não lhe seriam próprios, como ocorre com a Seguridade Social. Não sendo imposto, taxa ou contribuição de melhoria, a exação destinada ao FGTS seria uma contribuição parafiscal. Destinar-se-ia a contribuição do FGTS a custear o Sistema Financeiro da Habitação.⁵⁷

Quanto à natureza de contribuição previdenciária, Sérgio Pinto Martins se refere que seria “explicada pelo fato de não ser um tributo, mas uma exação totalmente diferente, uma imposição estatal atípica, uma determinação legal, cogente, prevista na legislação ordinária”.⁵⁸

Na visão de Sérgio Pinto Martins a contribuição ao FGTS no tocante ao empregador é:

Uma espécie do gênero tributo, contribuição (social), pois não pode ser enquadrada na definição de imposto, taxa ou contribuição de melhoria.

É de se destacar que “a natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la: I – a denominação e demais características formais

⁵⁴ Ibidem, p. 446-447.

⁵⁵ MARTINS, Sergio Pinto. Op. cit., p. 447.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ MARTINS, Sergio Pinto. Op. cit., p. 447.

adotadas pela lei; II – a destinação legal do produto da sua arrecadação” (art. 4º do CTN).⁵⁹

Na visão do Ministro Augusto Cesar Leite de Carvalho a natureza jurídica do FGTS “não se pode mais cogitar de indenização ou mesmo de prêmio, ao se investigar a natureza jurídica do FGTS. É ele um complemento do salário cuja percepção, pelo empregado, é adiada”.⁶⁰

Enfim, então seria apenas mais um complemento do salário do trabalhador, o qual seria recebido em um momento especial.

Para Delgado, existe uma tríplice dimensão de estrutura e objetivos no FGTS a qual pode gerar relações jurídicas próprias, diferentes, mas que acabam se combinando. Há a relação empregatícia que vincula trabalhador e empregador, que obriga ao empregador realizar os depósitos mensais e, às vezes, ao acréscimo pecuniário na rescisão, também é obrigado.⁶¹

Em relação ao vínculo jurídico entre empregador e Estado, é quando o empregador tem que realizar os depósitos, e o Estado tem o direito de vê-los cumpridos, o qual terá compulsoriamente de cobrá-los, com as penas legais.⁶²

A terceira relação seria entre o Estado, que seria o gestor e o aplicador de recursos oriundos do fundo social, que são constituídos pela totalidade dos recursos do FGTS, e a comunidade, a qual é a beneficiária da destinação social do instituto, realizados por financiamento às áreas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.⁶³

Como visto, para Delgado a natureza jurídica do FGTS é multidimensional. Analisando uma jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.360.428 - RJ
(2010/0193080-7)

RELATOR: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA

AGRAVANTE: FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

AGRAVADO: CURSO ACADEMICO LTDA

ADVOGADO: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 NÃO CONFIGURADA.

FGTS. CARÁTER TRIBUTÁRIO. INEXISTÊNCIA.

INAPLICABILIDADE DO ART. 135, III, CTN. NATUREZA TRABALHISTA E SOCIAL. SÚMULA 353/STJ.

AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não se caracteriza ofensa ao art. 535, II, do CPC, quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, não estando, desta forma, o magistrado obrigado a rebater, um a um, os dispositivos legais trazidos pela parte. Precedente do STJ.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento no sentido da impossibilidade de redirecionamento da

⁵⁹ MARTINS, Sergio Pinto. Op. cit., p. 448.

⁶⁰ CARVALHO, Augusto César Leite de. **Direito do Trabalho**. Aracaju: Evocati, 2011. p. 423.

⁶¹ DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2003. p. 1.265.

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

execução referente ao FGTS a sócio gerente, por ser contribuição de natureza trabalhista e social.

2. "As disposições do Código Tributário Nacional não se aplicam às contribuições para o FGTS" (Súmula 353/STJ).

3. Agravo regimental não provido.⁶⁴

O entendimento é que as verbas mesmo a de sócio gerente de empresa, é considerada como natureza trabalhista e social.

ASPECTOS PRESCRICIONAIS DO FGTS

Conforme Maria Helena Diniz, prescrição é o modo pelo qual um direito se extingue pela sua não execução, durante certo lapso de tempo, de seu titular, que fica sem ação própria para assegurá-lo.⁶⁵

PRESCRIÇÃO DO FGTS

Como foi observado acima a natureza jurídica dos depósitos destinados ao FGTS é muito discutida e polêmica, como cita Marcus de Oliveira Kaufman, pelos aspectos multifacetados que são mostrados, pois se pode analisar do ponto de vista do empregador e, também do trabalhador.⁶⁶

Assim, teríamos dois pontos de vistas diferentes, o do empregador e do empregado.

Marcus de Oliveira Kaufman, continua ainda:

Nessas circunstâncias, o debate e as incertezas naturais que são despertadas na discussão acerca da natureza jurídica do FGTS corrompem, sobremaneira, a segurança que seria e deveria ser esperada na fixação dos corretos prazos prescricionais atinentes às pretensões que se deduzem em relação ao FGTS. É que, se o problema da natureza jurídica do FGTS permite uma leitura híbrida (tanto para a perspectiva patronal, quanto para a perspectiva obreira) das soluções atinentes à prescrição aplicável às pretensões deduzidas em face do FGTS, não se pode escapar do fato de o aplicador do direito ter que lidar, a todo o instante, com conflitos aparentes de normas envolvendo o prazo prescricional atinente ao FGTS. Invocam-se normas que regulam a prescrição a depender da orientação jurídica para o FGTS que se assume, quer de forma mais benéfica ao empregado, quer ao empregador.⁶⁷

O jurista Francisco Antônio de Oliveira acha que não tem como não aceitar que os depósitos referentes ao FGTS são atípicos, quando se equipara esse numerário com outros numerários contratuais.⁶⁸

Outros aparentes conflitos em relação ao prazo prescricional do FGTS, também são citados por Marcus de Oliveira Kaufmann:

⁶⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento nº 1.360.428 - RJ (2010/0193080-7) 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=201001930807&dt_publicacao=24/03/2011>. Acesso em: 27 out. 2012.

⁶⁵ DINIZ, Maria Helena; **Curso de Direito Civil Brasileiro**, v. 1. 19. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 410.

⁶⁶ KAUFMANN, Marcus de Oliveira. **158 Rev. TST**, Brasília, v. 74, n. 1, Jan./Mar. 2008. p. 158.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Comentários às Súmulas do TST**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 873.

O disposto no art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90 e o disposto no art. 174, *caput*, do CTN; ou entre o disposto no art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90 e o disposto no art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal; ou entre o disposto no art. 7º, *caput* e inciso III, da Constituição Federal e o disposto no art. 149 da Constituição Federal; ou entre o disposto no art. 46 da Lei nº 8.212/91 com o disposto no art. 174, *caput*, do CTN.⁶⁹

Todos estes conflitos aparentes, em sua opinião são devidos ao prazo prescricional do FGTS e a sua natureza jurídica híbrida.

Na opinião da juíza Vólia Bonfim Cassar a natureza jurídica do FGTS tem natureza jurídica à contribuição, pois tem caráter de salário, seria uma poupança forçada. Já para o empregador se trata de uma obrigação e perante a sociedade teria um caráter social esta contribuição. Seria decorrente disto a sua natureza múltipla ou híbrida.⁷⁰

Sérgio Pinto Martins também comenta quanto a natureza jurídica do FGTS:

A jurisprudência firmou-se no sentido de que “é trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS” (S.95 do TST). Tal orientação foi fixada em razão de que se entendia que a natureza jurídica do FGTS era de contribuição previdenciária, com base no art. 20 da Lei nº 5.107/66 e nos prazos de prescrição de 30 anos previstos na Lei nº 3.807 (LOPS). O art. 144 da LOPS foi revogado pelo CTN, além de que o mesmo Código determinou a natureza jurídica do FGTS no inciso IV do art. 217, ao prevê-lo como outras formas de contribuições.⁷¹

Ou seja, considera que o FGTS tem natureza jurídica tributária.

Por sua vez, Francisco Antônio de Oliveira cita quanto à discussão sobre ser a verba do recolhimento do FGTS previdenciária ou tributária:

De certa forma restou pacificada. O Excelso Supremo Tribunal Federal, no RE 100.249, por maioria, entendeu que as contribuições para o FGTS não são contribuições previdenciárias, mas contribuições sociais, que não têm natureza tributária, e a elas não se aplicam as normas tributárias concernentes à decadência e á prescrição.⁷²

Assim, para Oliveira o FGTS se trata de uma contribuição social, para confirmar relata uma decisão do Superior Tribunal de Justiça:

Constitucional, Tributário. Contribuições para o FGTS. Natureza não tributária. Prescrição trintenária – As contribuições para o FGTS, malgrado enfeixem liame de aproximação com os tributos, a estes não se equiparam, por definição constitucional, não se lhes aplicando, para os efeitos da fixação do prazo prescricional, o prazo consignado no art. 174 do Código Tributário Nacional. A prescrição da ação de cobrança das contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço é trintenária, consoante

⁶⁹ KAUFMANN, Marcus de Oliveira. Op. cit., p.177.

⁷⁰ CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho**. 2. ed, revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Impetus, 2008. p. 1207.

⁷¹ MARTINS, Sergio Pinto. Op. cit., p. 452-453.

⁷² OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit., p. 873.

entendimento predominante na jurisprudência dos tribunais. Recurso provido. Decisão por maioria de votos. (REsp. 27.383-5-SP (92.0023486-0), rel. Min. Demócrito Reinaldo). Nesse mesmo sentido, REsp. 11.779-MS, Coad Inform. Sem. 7/92, p. 101, Ementa 57.313.⁷³

Todavia, Sérgio Pinto Martins, comenta sobre o § 5º do artigo. 23 da Lei nº 8.036/90⁷⁴ que conforme a orientação acima, o prazo de prescrição para cobrança do FGTS seria de 30 anos, que a natureza jurídica do FGTS continua a ser de tributo, e acaba se adaptando na hipótese do art.149 da CF, mas que se deve contemplar com a alínea b do inciso III do art. 146, também da CF, a qual cita que a lei complementar deve estabelecer os prazos de prescrição e decadência. Mas lembra ainda que a Lei nº 8.036/90 não é lei complementar, mas, sim ordinária.⁷⁵

Em sua opinião o prazo de prescrição então seria o de cinco anos.

O STJ então com a edição da Súmula 210 em 1988, também reconhece assim o caráter social do FGTS: A ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em 30 (trinta) anos.

Em 1999 foi editada a Súmula 362⁷⁶ pelo TST, em 1999, que Luciano Araújo assim descreve: “A limitação de 2 (dois) anos inserta no presente Enunciado nº 362 do TST, todavia, insuflou, de imediato, o surgimento de posicionamentos divergentes”.⁷⁷

Mas, em 2003 foram superados estes posicionamentos com a modificação da redação da Súmula 362:

É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.”(Red. Modificada pela Res. N. 121 – DJ 19.11.2003.⁷⁸

Fixando assim o direito de reclamar contra o não recolhimento do FGTS como trinta anos.

Para o jurista Francisco Antônio de Oliveira⁷⁹, a nova redação do enunciado da Súmula 362 do TST, traz uma mudança do conteúdo, e com esta Súmula,

⁷³ OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit., p. 873.

⁷⁴ Art. 23. Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a verificação, em nome da Caixa Econômica Federal, do cumprimento do disposto nesta Lei, especialmente quanto à apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-os para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada. (...) § 5º O processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas reger-se-á pelo disposto no Título VII da CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária. Lei nº8.036/90. BRASIL. Vade mecum... Op. cit., p.1941-1942.

⁷⁵ MARTINS, Sergio Pinto. Op. cit., p. 453.

⁷⁶ Extinto o contrato de trabalho, é de dois anos o prazo prescricional para reclamar em juízo o não recolhimento da contribuição do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço. BRASIL. **Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_351_400.html>. Acesso em: 20 jun. 2012.

⁷⁷ ARAÚJO, Luciano. Extinto o contrato de trabalho, qual será o prazo para reclamar os depósitos do FGTS? **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**, v. 12, n.9, p. 72-73, 1990.

⁷⁸ OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit., p. 872.

⁷⁹ Idem.

atualmente seriam três cuidando da prescrição do não recolhimento dos depósitos do FGTS, contando assim com a Súmula 95⁸⁰ (revogada) e a Súmula 206⁸¹.

Já no artigo 7º da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, no inciso XXIX:

ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;⁸²

Seria assim, de cinco anos o prazo de prescrição para reclamar o não recebimento do FGTS.

Sérgio Pinto Martins declara que:

Como o FGTS é um direito do trabalhador (art. 7º, III, da Constituição), o prazo de prescrição para sua cobrança também deve observar os prazos normais do inciso XXIX do art. 7º da Constituição. Assim, os trabalhadores urbano e rural têm dois anos para ingressar com a ação, a contar do término do contrato de trabalho, podendo reclamar os últimos cinco anos, inclusive o FGTS.⁸³

Mais uma vez, confirma que em sua opinião o direito do trabalhador reclamar o não recolhimento do FGTS é de cinco anos.

Como citado por Kaufman⁸⁴ existem outros conflitos quanto ao prazo de prescrição do não recolhimento do FGTS, poderíamos também apontar o existente entre o disposto no art. 23, § 5º, da Lei nº 8.036/90 e o disposto no art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal.

Pois, o art.23, § 5º da Lei nº 8.036/90 estipulou que o processo de fiscalização, de autuação e de imposição de multas será o regulado pela CLT, respeitado o privilégio do FGTS à prescrição trintenária.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO STF

Em 2006 deu entrada no STF o recurso extraordinário (RE) 522897, interposto pelo estado do Rio Grande do Norte, de acórdão do TST, que considerara ser de 30 anos o prazo para se exigir judicialmente, dos empregadores e tomadores de serviço, o depósito de valores relativos ao FGTS, mesmo após a Constituição de 1988:

⁸⁰ Enunciado 95. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. FUNDO DE GARANTIA. É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit., p. 256.

⁸¹ FGTS. Incidência sobre parcelas prescritas. A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS. OLIVEIRA, Francisco Antonio de. Op. cit., p. 580.

⁸² BRASIL. **Vade mecum...** Op. cit., p. 24.

⁸³ MARTINS, Sergio Pinto. Op. cit., p. 453.

⁸⁴ KAUFMANN, Marcus de Oliveira. Op. cit., p. 177.

Recurso Extraordinário (RE) 522897

Relator: ministro Gilmar Mendes

Estado do Rio Grande do Norte x Maria Edna França da Silva

Trata-se de RE interposto contra decisão do TST que não conheceu do recurso de revista por estar a decisão atacada em consonância com os Enunciados 95 e 362/TST. Contra a decisão foi interposto agravo regimental, desprovido. A decisão recorrida e o Enunciado nº 95/TST entenderam ocorrer em 30 anos a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento do FGTS. O recorrente sustenta que o não conhecimento do recurso se deu com base em enunciado anterior à Constituição. Afirma que “o art. 7º, inciso XXIX, alínea ‘a’ da Carta Magna estabeleceu o prazo quinquenal de prescrição para todos os créditos resultantes das relações de trabalho, entre os quais inclui-se, por óbvio, o FGTS”. Em discussão: Saber se o prazo prescricional para reclamar o não recolhimento do FGTS é disciplinado pelo artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal.⁸⁵

O julgamento iniciou-se em 04 de agosto de 2011 no Supremo Tribunal Federal, o qual deverá definir se haverá ou não mudança no prazo de prescrição para o trabalhador reclamar o não recolhimento do FGTS, por empregadores e tomadores de serviço. O STF e o TST possuem jurisprudência que fixam o prazo de 30 (trinta) anos, mas o ministro Gilmar Mendes propôs uma revisão desse entendimento.

Conforme notícia do STF, Gilmar Mendes declarou:

Para ele a prescrição de 30 anos deve ser substituída pelo prazo previsto no inciso 29 do artigo 7º da Constituição Federal, que fixa o tempo de cinco anos para que trabalhadores urbanos e rurais possam cobrar créditos resultantes das relações de trabalho. O dispositivo prevê ainda o prazo de dois anos, após a extinção do contrato de trabalho.⁸⁶

Como visto também o ministro não concorda com a prescrição trintenária do FGTS.

Concordou com o ministro Gilmar Mendes, relator da matéria, a ministra Ellen Gracie, mas a pedido de vista do ministro Ayres Britto, o julgamento foi suspenso, pelo qual declarou:

“Tenho reflexões sobre o tema e quero revê-las. Por isso, peço vênica para obter vista dos autos.”⁸⁷

Por isso, o julgamento está suspenso desde esta decisão.

Em relação à revisão da jurisprudência do STF do tema, o ministro Gilmar Mendes explicou:

que a jurisprudência do Supremo sobre o tema, fixada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 100249, tem mais de 20 anos, é anterior a Constituição 1988 e deve ser revista. Ele ressaltou que essa jurisprudência é consentânea com o disposto na atual Constituição quando determina que o FGTS é um direito de índole social e trabalhista, que não tem caráter tributário. Mas, segundo ele, o mesmo não ocorre em relação ao prazo

⁸⁵ BRASIL. **Superior Tribunal Federal**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=171654&caixaBusca=N.>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

⁸⁶ BRASIL. **Notícias STF**. 04 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/listarNoticiaUltima.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

⁸⁷ Idem.

prescricional de 30 anos para a propositura das ações relativas ao não pagamento do FGTS, um crédito resultante das relações de trabalho e que, portanto, deve seguir a regra do inciso 29 do artigo 7º da Constituição.⁸⁸

E nas suas palavras declarou:

Não obstante a nova ordem constitucional, esta Corte continuou a perfilar, em ambas as Turmas, a tese da prescrição trintenária. Entendo, com a devida vênia de meus pares e daqueles que me precederam nesta Corte, que o tema deve ser revisto à luz do que dispõe a ordem constitucional vigente.⁸⁹

Pelo ponto de vista do ministro as razões que previam o prazo de prescrição de 30 anos, não existem mais após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O FGTS foi criado com o intuito de ser um fundo de reserva para o trabalhador que direcionava garantir o ordenado ou o salário de um ano, no caso da empresa não mais existir, mas tornou-se muito mais do que isso, acabou se transformando para o trabalhador em um tipo de poupança para o seu futuro, que pode ser utilizado no momento da despedida sem justa causa, na aposentadoria ou como já foi citado em casos de doenças graves sua ou de membro de sua família.

A sua aplicação através da Caixa Econômica Federal se verifica nas obras em habitações, saneamento e urbanismo, o que auxilia a sociedade brasileira, pois, antes do FGTS a situação das moradias no Brasil era muito precária, o que facilitou as pessoas de baixa renda a adquirir a casa própria.

Muito tem se discutido da natureza jurídica do FGTS, mas devemos observar pelo ponto de vista do empregador, a qual seria uma contribuição social e do ponto de vista do trabalhador, seria uma contribuição com caráter de salário.

Sendo o FGTS uma contribuição social, podemos concluir que a sua prescrição é trintenária, devido também o citado na Lei nº 8.036/90 e a Súmula 362 do TST.

Houve a suspensão da tramitação de vários recursos que pleiteavam o pagamento de FGTS, pois está em discussão se estes pagamentos envolvem um período retroativo de 30 ou cinco anos.

Devido à discussão de um recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte, de acórdão do TST, que considerara ser de 30 anos o prazo para se exigir judicialmente, dos empregadores e tomadores de serviço, o depósito de valores relativos ao FGTS, mesmo após a Constituição de 1988.

Sendo que até o momento, dois ministros votaram em sentido contrário à jurisprudência atual, ou seja, entenderam que as discussões do FGTS só podem abranger cinco anos antes do ingresso da ação.

Para os empregadores se a decisão for favorável aos cinco anos antes do ingresso da ação terá uma mudança na contabilização dos riscos trabalhistas, pois atualmente são realizadas separadamente, as verbas trabalhistas do FGTS.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ BRASIL. **Notícias STF**. 04 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/listarNoticiaUltima.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2011..

Mas, para os trabalhadores isso seria muito prejudicial, pois muitas empresas demoram a efetuar o depósito do FGTS nas contas vinculadas dos trabalhadores, algumas por falta de recurso, devido à má gestão, outras por acharem que não é preciso, que nunca ninguém irá descobrir, e mais uma vez é o trabalhador que é lesado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciano. Extinto o contrato de trabalho, qual será o prazo para reclamar os depósitos do FGTS? **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**, v. 12. 1990.

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de Direito do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2009.

BRASIL. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1967](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 12 maio 2012.

_____. **Decreto nº 99.684, de 08 de novembro de 1990**. Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). art. 43. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D99684.htm> Acesso em: 06 out. 2012.

_____. **Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958**. Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3470.htm>. Acesso em: 12 maio 2012.

_____. **Lei nº 5.107 de 13 de setembro de 1966**. Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5107.htm>. Acesso em: 12 maio 2012.

_____. **Lei nº 5.958, de 10 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre a retroatividade da opção pelo regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L5958.htm>. Acesso em 13 mai. 2012.

_____. **Notícias STF**. 04 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/listarNoticiaUltima.asp>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. **Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_351_400.html>. Acesso em: 20 jun. 2012.

_____. **Superior Tribunal de Justiça**. Agravo de Instrumento nº 1.360.428 - RJ (2010/0193080-7). 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=201001930807&dt_publicacao=24/03/2011>. Acesso em: 27 out. 2012.

_____. **Superior Tribunal de Justiça**. RE Nº 853.002 - SC (2006/0113459-1). Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200601134591&dt_publicacao=03/10/2006>. Acesso em: 10 out. 2012.

_____. **Superior Tribunal de Justiça**. Recurso Especial nº 757.197 - RS (2005/0093761-4). 2005. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200500937614&dt_publicacao=19/09/2005>. Acesso em: 27 out. 2012.

_____. **Superior Tribunal Federal**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=171654&caixaBusca=N.>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. **Vade mecum Universitário**. 3. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CAIXA. **Relatório Gestão FGTS 2010**. Disponível em: <<http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp>>. Acesso em: 27 maio 2012.

CARVALHO, Augusto César Leite de. **Direito do Trabalho**. Aracaju: Evocati, 2011.

CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho**. 2. ed, revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2003.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, v. 1. 19. ed. rev., São Paulo: Saraiva, 2002.

FGTS. **Perguntas Frequentes - n. 1**. Disponível em: <<http://www.fgts.gov.br/perguntas/trabalhador/pergunta01.asp>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

_____. **Perguntas Frequentes - n. 7**. Disponível em: <<http://www.fgts.gov.br/perguntas/trabalhador/pergunta07.asp>> Acesso em: 01 jun. 2012.

_____. **Relatório Anual 2010**. Disponível em: <<http://www.fgts.gov.br/downloads.asp>>. Acesso em: 28 maio 2012.

FRANCO, Wellington Moreira. **O Fundo dos Trabalhadores Faz um Brasil Melhor**. Mensagens. Relatório Anual 2009 - FGTS. Caixa Econômica Federal. SUFUG – Superintendência Nacional do FGTS ed. Buscato Informação Corporativa, 2010.

KAUFMANN, Marcus de Oliveira. **158 Rev. TST**, Brasília, v. 74, n. 1, Jan./Mar. 2008.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho**, 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MTE. **O que é o FGTS**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/fgts/oquee.asp>>. Acesso em: 30 maio 2012.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. **Comentários às Súmulas do TST**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Manual de Direito do Trabalho**. 16. ed. rev. atual. São Paulo: Método, 2008.

SOBRE O CRF. **[1. O que é a Regularidade para com o FGTS?](http://www.caixa.gov.br/fgts/crf.asp#)** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/fgts/crf.asp#>>. Acesso em: 26 out. 2012.